

TEIXEIRA, Faustino (org.) Sociologia da Religião – enfoques teóricos. Petrópolis: Vozes, 2003. Pgs. 177-197

Este texto apresenta uma definição de religião, bem como sua função e principais “personagens”. Foi interessante verificar que algumas definições de religião fogem do simples aspecto etimológico do *religare* e abrangem mais a sua lógica e interação com o indivíduo e com a sociedade. Ministerialmente foi possível perceber o quanto os “agentes”, tais como, profetas, sacerdotes, etc. da religião interferem na vida da igreja.

Seguindo Durkheim, que define a religião como um conjunto de práticas e representações revestidas de caráter sagrado, Bourdieu trata a religião como linguagem: sistema simbólico de comunicação e pensamento. É enquanto sistema de pensamentos que a religião interessa à sociologia, uma vez que ela opera para uma dada sociedade a ordenação lógica do seu mundo natural e social, integrando-o num cosmos. Ou seja, para a religião tudo que existe ou venha a existir tem sentido porque se integra numa ordem cósmica. Ao enfatizar a produção de sentido (assumindo a contribuição de M. Weber). Bourdieu descarta a crítica iluminista da religião (como se ela fosse um sistema explicativo, equivalente à filosofia ou à ciência) e aponta sua especificidade: unir cada evento particular á ordem cósmica.

Não basta, contudo, que o conjunto de práticas e esquemas de pensamentos religiosos seja coerentemente estruturados para exercer a função social. Sua eficácia simbólica reside em sua capacidade de inculcar-se nos membros de uma dada sociedade, e assim moldar seu comportamento. Em outras palavras, a religião só é socialmente eficaz quando seus esquemas de pensamento se inscrevem nas consciências individuais e nelas se incorporam como se naturais fossem, transformando-se então em hábitos. Essa relação entre um dado sistema religioso e a sociedade na qual ela existe requer uma compatibilidade estrutural entre ela, pois nenhuma sociedade aceita sistema religioso divergente dela. Por isso, embora as representações e práticas religiosas falem do “absoluto”, “cósmico”, “sobrenatural”, ou “transcendente”, de fato reproduzem, por meio de formas etéreas (e por isso mesmo irreconhecíveis, como Marx já percebera em suas críticas filosóficas) relações sócias bem “terrenas”, que têm muito a ver com as alianças ou antagonismo entre os grupos ou classes, definindo sua posição na hierarquia do poder. Toda religião exercia, assim, a função política de eternizar dada ordem hierárquica entre grupos, gêneros, classes ou etnias.

A maior ou menor concentração do trabalho religioso nas mãos de agentes especializados é parte do processo geral de divisão social do trabalho, quando os produtores de bens simbólicos são dispensados do trabalho material. Os agentes socialmente conhecidos como únicos habilitados a produzir, reproduzir, gerir e distribuir os bens religiosos, só se constituem enquanto tais na medida em que os outros membros da mesma sociedade sejam destituídos da sua capacidade de trabalho religioso. Encarregados do trabalho material, eles devem prover a sustentação de quem produz os bens religiosos para seu sustento “espiritual”. Aí reside o princípio da constituição de um campo religioso, que compreende o conjunto das relações que os agentes religiosos mantêm entre si no atendimento à demanda dos “leigos”.

O profeta, ao contrário, é um agente religioso que, em situações extraordinárias, de crise, ou a partir de grupos marginais, produz por seu discurso ou sua prática uma nova concepção religiosa. A legitimidade dessa inovação não é dada por uma instituição (como é no caso do sacerdote), mas pelo carisma que lhe é socialmente atribuído. O carisma pessoal dá ao profeta legitimidade para contestar a ordem religiosa (e social) estabelecida e instaurar uma nova ordem simbólica.

O mago, ou feiticeiro, é o agente religioso autônomo, como um free-lancer do sagrado, que se utiliza dos bens simbólicos produzidos pelos profetas e sacerdotes (independentemente de seu consentimento), para atender interesses imediatos e utilitários de sua clientela. Não se vincula nem a uma igreja nem a uma seita, porque seu trabalho religioso se dá em forma de prestação de serviços a quem o procura, sem criar uma comunidade de fiéis, mas uma clientela. Por isso, tende a ser combatido ou desqualificado por profetas e sacerdotes que veem a magia uma apropriação indevida, ou, pelo menos, manipulação dos bens religiosos para finalidades interesseiras e sem fundamentação moral.

Embora o título de artigo fala sobre o campo religioso, parece-me que é no conceito do trabalho religioso que reside a maior contribuição do autor à sociologia da religião. Ao colocar em relevo a importância do símbolo que não é nem mero reflexo do real, nem simples subjetividade. Bourdieu mostra que a subjetividade da experiência religiosa só consegue objetivar-se socialmente em práticas e discursos, na medida em que responde a uma demanda social, isto é, é capaz de dar sentido à existência de um grupo.